

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA  
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

BASTOS, Marcio Thomaz . Marcio Thomaz Bastos I (depoimento, 2009). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 12min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre ESCOLA DE DIREITO RIO DA FGV e ESCOLA DE DIREITO RIO DA FGV. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Marcio Thomaz Bastos I  
(depoimento, 2009)**

Rio de Janeiro

2020

### *Ficha Técnica*

**Tipo de entrevista:** Temática

**Entrevistador(es):** Christiane Jalles de Paula;

**Técnico de gravação:** Marco Dreer Buarque;

**Local:** São Paulo - SP - Brasil;

**Data:** 15/09/2009

**Duração:** 1h 12min

Arquivo digital - áudio: 3; Arquivo digital - vídeo: 2; MiniDV: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto “História Oral do CNJ”, desenvolvido pelo CPDOC a partir de convênio e financiamento com a Escola de Direito da FGV, entre abril de 2009 e abril de 2011. O projeto visa, a princípio, apenas a criação de um banco de fontes orais.

**Temas:** Anistia política; Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Constituição federal (1988); Emendas constitucionais; Família; Formação acadêmica; Formação profissional; Luiz Inácio Lula da Silva; Magistério; Magistratura; Ministério da Justiça; Movimento sindical; Ordem dos Advogados do Brasil; Poder judiciário; Reforma judiciária; São Paulo; Supremo Tribunal Federal;

## *Sumário*

*Entrevista: 15.09.2009*

Origens familiares; formação acadêmica e profissional; mudança para São Paulo e participação na OAB; interface da OAB com o movimento sindical e encontro com Luís Inácio Lula da Silva em 1979; participação na anistia e Tribunal Tiradentes; participação no Conselho Federal da OAB e na Constituinte; cargo de vereador em Cruzeiro antes de se mudar em definitivo para São Paulo; apresentação da proposta de controle externo do Judiciário na Constituinte de 88; inspiração no empirismo e não na experiência internacional; amadurecimento da proposta no âmbito da OAB; lobby do Poder Judiciário contra o controle externo; derrota da proposta na Constituinte; outras derrotas e vitórias na Constituinte; projeto de reforma do Judiciário no início da década de 90 sem o Conselho Nacional de Justiça; difusão e maior acolhimento da ideia de um controle externo entre os diversos atores sociais; assunção como Ministro da Justiça; novo projeto de reforma do Judiciário; ajuda de ministros do Supremo Tribunal Federal no desenvolvimento da proposta da Emenda Constitucional nº 45; importância do papel do Presidente; incentivo ao empreendedorismo no Judiciário através do Prêmio Inovare; bom momento do Conselho Nacional de Justiça, devido a sua feição presidencialista; retorno ao tema da aprovação da E.C. nº 45; evolução do pensamento dos juízes quanto ao CNJ devido ao ingresso de magistrados mais jovens; posição favorável ao CNJ como requisito para indicação ao STF; CNJ como salvação do Poder Judiciário; incapacidade de países estrangeiros criarem órgãos de controle externo para resolver as crises de seus judiciários; mistura de sorte e virtude essencial para a aprovação do Conselho.

*Entrevista: 15/09/2009*

Christiane Jalles – Ministro, começa um pouquinho falando quem são seus pais, o que eles fizeram, onde o senhor nasceu, quando, sua formação acadêmica...

Marcio Thomaz Bastos – Então... Vou fazer isso bem rápido. Eu nasci em Cruzeiro, no Vale do Paraíba, no interior de São Paulo, que é uma cidade, até pelo nome, assim, é uma cidade de encruzilhada, é divisa de Minas e divisa do Rio, então eu fui criado lá até os quatorze anos, depois vim para cá. Meu pai era médico, minha mãe, dona de casa.

C.J. – Qual era o nome de seu pai?

M.B. – Meu pai era José Diogo Bastos. Minha mãe, Salma Thomaz Bastos. Minha mãe era descendente de árabes, meu pai é de portugueses. Eu tive quatro irmãos, perdi dois; hoje, nós somos três. E com quatorze anos eu vim estudar – sempre estudei em escola pública – com quatorze anos, eu saí do ginásio lá de Cruzeiro, meu pai achava que lá era muito fraco, queria que eu melhorasse o meu nível, e aí eu vim estudar aqui, [São Paulo] numa escola famosa chamada Caetano de Campos. Uma escola pública até. De lá, passei para o Roosevelt, fiz o curso clássico, que era naquela época, depois entrei na Faculdade de Direito aqui, do Largo de São Francisco, onde eu me formei em 58, voltei para Cruzeiro, fiquei lá advogando até quase os anos 70, depois voltei para cá de novo e aí fiquei aqui, sempre, até hoje, com algumas interrupções, assim. Advoguei, no começo, em tudo, era uma clínica geral, depois fui me especializando em crime e, especialmente, em júri, que é uma coisa que eu adoro fazer, gosto e tudo. E fui, fui levando, fui advogando. Depois, comecei a participar da OAB – isso é importante para o nosso tema – comecei a participar da OAB; fui conselheiro da OAB, depois fui secretário, depois fui vice-presidente, depois fui presidente da OAB de São Paulo.

C.J. – O senhor começa na OAB ainda...

M.B. – Em 74.

C.J. – Ah. Já estava em São Paulo então. Já tinha se transferido.

M.B. – Já estava em São Paulo. Já estava em São Paulo. Em 74 eu fui... Eu comecei na OAB, 71-72, participando do exame de ordem; eu cheguei a ser presidente da banca de exame de ordem aqui. Aí, depois, fui para o Conselho, em 74. Em 78, eu fui secretário da OAB. Em 79, aí eu conheci o Lula, por conta disso: ele era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e eu era secretário da OAB, fazia a interface da OAB com os sindicatos, o movimento sindical aqui.

C.J. – Já que comemoramos, exatamente nessa data quase, os trinta anos da anistia, o senhor chegou a atuar?

M.B. – Atuei, atuei. Participei muitas vezes, com o senador Teotônio Vilela. Nós fundamos aqui uma coisa, que era o Tribunal Tiradentes, cuja primeira sessão foi um julgamento solene, em que o réu era a Lei de Segurança Nacional, ali no Teatro Municipal. Foi uma coisa maravilhosa. Tem um filme. De vez em quando, passa no mundo inteiro, assim. Um filme muito bem feito.

Tânia Abrão – O nome do filme é qual?

M.B. – O nome do filme é *Tribunal Tiradentes – O julgamento da Lei de Segurança Nacional*. As testemunhas foram o Lula, alguns presos políticos, a Rosalina, lembra, aquela que foi torturada?

C.J. – Lembro da Rosalina.

M.B. – E outros. Os jurados foram o Godofredo Silva Telles, o Hélio Bicudo, o Miguel Seabra Fagundes e o presidente do júri foi o Teotônio Vilela; e eu fui o advogado de acusação da Lei de Segurança Nacional. [Risos] Olha que moleza, naquela época.

Pablo Cerdeira – E com um júri desse também...

M.B. – É. E estava *assim* de gente, sabe. Tinha três mil pessoas lá. Foi muito bonito. Foi uma coisa... E eu tinha muita ligação com isso, trabalhamos muito com a anistia. O advogado de defesa da Lei de Segurança Nacional, nós fizemos um sorteio, caiu o Luis Eduardo Greenhalgh, coitado. [Risos] E eu acusei. Então... Aí fomos, fomos, fomos... Eu tive algumas oportunidades interessantes nessa história de OAB. Primeiro, conhecer o Lula, conhecer o Sindicato dos Metalúrgicos, me ligar muito a eles; depois, a campanha das diretas. Em 84, teve aquele comício aqui da Praça da Sé, no dia 25 de janeiro de 84, eu falei naquele comício, eu falei, representando a sociedade civil. Fiz um discurso. Eu não lembro de uma palavra que eu disse, mas eu fiz um discurso ali. E depois participei dos outros e tudo. Participei do comitê pelas diretas. Aí depois eu fui vice-presidente do Conselho Federal – quando terminou o meu mandato aqui, eu passei para o Conselho Federal – e depois fui presidente do Conselho Federal, numa época, que aí já imbrica com nosso tema, que foi a Constituinte. Eu fui presidente do Conselho Federal de 87 a 89, então eu peguei a Constituinte inteira.

T.A. – Nessa época o senhor já era professor na USP?

M.B. – Não. Eu nunca fui professor.

T.A. – Ah, não?

M.B. – Não. Eu sempre fui advogado. Eu nunca lecionei. Eu até gosto, acho que eu tenho jeito para lecionar, eu sou didático assim, mas eu nunca lecionei. Eu sempre fiquei muito nesse

varejo de advocacia, assim, como uma aventura individual. Então... eu nunca fui. Aí... que mais? Bom. É isso.

P.C. – O senhor se formou aqui, voltou para Cruzeiro, ficou lá mais alguns anos, depois voltou para São Paulo...

M.B. – Cruzeiro... Fiquei lá mais alguns anos. Depois voltei para São Paulo.

P.C. – Essa vinda para São Paulo foi motivada por alguma...? Essa segunda vinda.

M.B. – Olha. Essa vinda para São Paulo foi assim. Eu cheguei a ser vereador em Cruzeiro, quando eu voltei para lá. Eu voltei, comecei a advogar, tal, me elegi vereador.

C.J. – Quando?

M.B. – Em 63.

C.J. – Por que partido?

M.B. – PSP. Partido Social Progressista, numa coligação com o PTB e tudo. Mas aí, o que é que aconteceu? Em seguida, depois de um pouco de tempo, veio o golpe de 64. Eu advogava muito para os sindicatos ali, fazia uma advocacia geral, inclusive trabalhista, aí eu vi que carreira política para mim não ia dar.

C.J. – Então o senhor já tinha essa ligação com essa sociedade civil.

M.B. – Isso. Tinha. Eu era advogado dos sindicatos todos. Aí eu comecei a preparar a minha vinda para cá. E em 70, por aí, eu vim embora. Teve algum tempo que eu mantive um escritório lá, outro escritório aqui. Fui indo, fui indo, fui indo... Em 1970 eu vim de uma vez, sabe. E aí... Aí foi isso que eu contei. Aí fui presidente do Conselho Federal. No Conselho Federal, a gente trabalhou muito com a Constituinte, trabalhamos muito. E aí surgiu, pela primeira vez, o projeto estruturado de um órgão de controle externo do Poder Judiciário, que é o Conselho Nacional de Justiça, já então assim chamado e com as mesmas duas funções que ele tem hoje, que é o controle... é o planejamento estratégico e o controle da atividade dos juízes; a função correcional e a função administrativa de planejamento estratégico.

P.C. – Já era essa...

M.B. – Isso foi feito... A gente fez o projeto... Eu me lembro até hoje. Eu escrevi, manuscrito assim, dei a redação... quer dizer, não fui eu só que fiz, um grupo assim. Quem apresentou a emenda foi o Nelson Jobim, que era, digamos, o nosso... que ele tinha sido vice-presidente da Ordem e tudo, que foi o nosso interlocutor mais frequente na Constituinte. Aí isso passou na subcomissão de Reforma do Judiciário. Mas sofreu uma pressão terrível, porque o Judiciário estava organizado para impedir isso; e não era um tema... digamos assim, da sociedade, era um tema, naquele momento, muito de interesse específico, restrito assim. Mas foi passando. Passou pela comissão de Sistematização, depois veio o Centrão, já deu uma esfriada e, quando chegou na comissão de Sistematização, que a gente esperava fazer ele passar, aí o relator da Constituinte, que era o Bernardo Cabral, que tinha sido presidente da Ordem, votou contra e deu parecer contra. Tinha, inclusive, objeções a isso dentro da própria OAB. Tinha.

P.C. – Por que ele mudou?

M.B. – Sabe que eu não sei? [Risos] Até hoje eu não sei.



T.A. – Só para resgatar um pouco. Analisando os anais da Constituinte, pegando toda aquela discussão, até numa fala do senhor, o senhor fala que a OAB, antes de chegar na Constituinte em 88, já desde 85, se não me engano, ela fazia uma série de conferências...

M.B. – Conferências pró Constituinte. Advogados pró Constituinte.

T.A. – É, exato.

M.B. – Nós fizemos um aqui. Um Congresso pró Constituinte. Chamava isso. Nós fizemos um aqui em 83.

T.A. – Teve um em Belém também.

M.B. – Teve uma conferência nacional em Belém, em 86, onde, também, esses temas foram discutidos, assim. E essa ideia do controle externo era um pouco difusa, era um pouco difusa.

C.J. – De onde vem essa ideia?

M.B. – Vem disso. Vem disso. A gente já discutia isso, que o Poder Judiciário tinha que ter autonomia orçamentária e financeira e uma contraparte de controle.

C.J. – Inspirado em alguma experiência internacional?

M.B. – Não. Não, não. Não era inspirado. Era inspirado mais no empirismo, na experiência prática de que o Poder Judiciário era um poder que precisava ter um controle externo. A tônica era o controle externo, digamos assim, o acento, a ênfase; mas o subtexto era o planejamento estratégico. A gente partia do princípio – eu me lembro que isso foi muito discutido nessa

conferência daqui, na conferência de Belém também; teve uma em Brasília, um Congresso pró Constituinte, e que a gente discutia isso – que o Judiciário brasileiro era uma espécie – a imagem acho que era do Pertence... não sei quem falou isso, mas alguém falou isso – que o Judiciário era uma espécie de um arquipélago, assim, então, que ele precisava ser integrado, unificado e se transformar num continente; e que o organismo para fazer isso era o Conselho Nacional de Justiça. Para fazer o quê? Um planejamento estratégico, estabelecer as rotinas, estabelecer as práticas, estabelecer as condições para que ele pudesse se renovar e, ao mesmo tempo, se integrar. Esse era o objetivo. Tem um professor, que foi presidente da Ordem lá da Bahia, chamado Calmon de Passos, ele era um defensor ferrenho disso, e eu me lembro de alguns debates que a gente teve, eu e ele, discutindo com juízes assim, em que ele dizia: “Olha. Controle interno é a consciência da gente. O controle tem que ser externo, não pode ser... Controle interno não controla nada”. Agora os juízes se mobilizaram de uma maneira *terrível* na Constituinte.

C.J. – E essa foi uma ideia, então, dos advogados.

M.B. – Essa foi uma ideia dos advogados.

C.J. – Nasce dentro da... OAB

M.B. – Nasce dentro da OAB. Nasce dentro da OAB. Eu me lembro bem disso, daquelas primeiras vezes em que se falava em controle externo do Poder Judiciário, que era a tônica; e depois começou a ser agregada essa ideia do planejamento estratégico. Isso estava, assim, implícito, e depois foi aflorando. Quando eu fui presidente do Conselho Federal em 87, eu, por uma legítima defesa – porque eu cheguei, assumi o Conselho e tinha sete convocações, assim, para falar dos mais variados temas, nas subcomissões – eu fiquei um pouco em pânico com aquilo. Eu falei, meu Deus, como é que eu vou fazer?! E aí, a gente tinha um grupo que trabalhava nessas coisas, e nós institucionalizamos esse grupo, chamamos de Bureau de Acompanhamento Institucional. O nome é um pouco... frescura, assim, mas funcionou. Era um bureau de acompanhamento institucional.

C.J. – Quem eram os integrantes?

M.B. – Os integrantes eram o Marcelo Lavenère, a Olga Araújo, que já morreu, que era uma gaúcha muito, muito bem-dotada...

C.J. – Alga?

M.B. – Olga. Olga Cavalheiro Araújo. A Marília Murici, que é uma baiana, talentosíssima, professora de direito, de teoria geral do Estado, lá da Bahia. O Sérgio Sérvulo da Cunha, que foi, depois, meu chefe de gabinete no Ministério da Justiça. E o Lamartine Corrêa de Oliveira, que é um sujeito do Paraná, um professor de direito, um *grande* jurista assim. E eles faziam uma assessoria para mim. Era uma coisa bem informal, bem desburocratizada. A gente tinha reuniões frequentes assim. Era um organismo para acompanhar os trabalhos da Constituinte. A gente dividia de uma maneira bem informal aquilo. E funcionou muito bem. E dali saiu essa emenda do Conselho Nacional de Justiça. Agora, o Poder Judiciário e o Ministério Público tinham um *lobby* fortíssimo. Sendo que o *lobby* do Ministério Público deu certo porque eles tinham um projeto, que é o projeto que está aí, que se transformou em lei, constitucionalmente, e depois na lei complementar. O Poder Judiciário não, o projeto deles era não ter projeto. O projeto deles, naquele momento, era deixar tudo como estava. Tanto que, quando eles derrotaram as nossas questões, Corte Constitucional, Conselho Nacional de Justiça fundamentalmente, eles não tinham nada para pôr no lugar, então não teve Conselho Nacional de Justiça. Essa votação, foi uma manhã assim... foi uma coisa *triste*. Primeiro, a nossa surpresa, de ter o parecer contra do relator da Constituinte, que tinha sido presidente da OAB.

T.A. – E que anteriormente, nos anais da Constituinte, tinha se manifestado a favor.

M.B. – A favor. A favor.

T.A. – Quando eu estava lendo o parecer dele na Sistematização, eu falei “não pode ter sido ele”, eu achei que estivesse errado. [Risos]

M.B. – Não. É, é um absurdo. É um absurdo. E até hoje ele não explicou direito por que ele fez isso. Na hora, ele deu uma explicação de que não havia consenso dentro da classe dos advogados e que, por isso, ele votava contra e tal. E aí ganharam, perdemos. Agora, isso provocava reações emocionais nos juízes. Eu cheguei a ver uma pessoa importante, que era muito meu amigo – hoje, o filho dele é muito meu amigo – chorando, quando a gente discutiu um dia isso. Ele falou: “Se tiver um controle nacional sobre a minha atividade, eu vou aposentar”, daí começou a chorar. Aquilo parecia assim... uma coisa que tocava nas... no âmago das pessoas, sabe.

C.J. – Quem liderou esse *lobby*?

M.B. – Foi a Associação dos Magistrados Brasileiros.

T.A. – A gente percebe também uma coisa muito interessante, na Constituinte ainda. Uma, que existia um consenso de que o Judiciário estava em crise já, desde aquela época: estava lento, não estava dando conta do trabalho, não conseguia responder...

M.B. – Estava. Distante do povo, caro...

T.A. – É. Essa parte, distante do povo, o senhor ressalta muito isso na Constituinte.

M.B. – Isso. Isso.

T.A. – Os juízes, não. Os juízes não achavam que estava distante; mas concordavam que estava lento e tudo. A proposta dos juízes era: “precisa de mais gente. Precisa aumentar a infraestrutura”. Mas sempre é.

M.B. – É, sempre é isso. Precisa mais gente, precisa mais dinheiro. Como se isso resolvesse.

T.A. – É, exato. Sempre é. E aí o pessoal começa a debater, fala olha, mais gente e mais dinheiro, se continuar do jeito que está, não vai adiantar, porque...

M.B. – Não adianta. Não adianta.

T.A. - ... não vai reformar nada. E é onde surge então a necessidade da administração e planejamento.

M.B. – Exatamente. A ideia desse Conselho Nacional de Justiça, com essa dupla função.

P.C. – E era esse o nome mesmo?

M.B. – Era o mesmo nome. Conselho Nacional de Justiça. E a função era a mesma. Era o controle da atividade dos juízes e o planejamento estratégico do Poder Judiciário. Eram as duas funções.

T.A. – A gente percebe que o início da proposta, na composição do Conselho também, a ideia inicial era de que ele fosse composto na maioria por representantes do Executivo, do Legislativo, mas principalmente pela sociedade.

M.B. – Exatamente. É. Esse era o nosso objetivo, um pouco romântico, assim, um pouco idealista, entre aspas; que, depois, a gente acabou fazendo uma negociação, na qual o Joaquim tomou uma parte importantíssima, nós fizemos uma negociação quando eu já estava no Ministério, para aprovar do jeito que dava; e que acabou mostrando que dava certo, porque grandes avanços... e a gente está vendo aí. O Conselho Nacional de Justiça, naquela época eu dizia e muita gente dizia que era a única esperança de modernizar o Poder Judiciário, era o Conselho Nacional de Justiça. E hoje a gente está vendo que é mesmo. É a nossa única esperança. Não tem outra. Então foi assim. Aí perdemos ali, foi aquela ressaca e tudo...

C.J. – E essa ressaca durou muito tempo, ministro?

M.B. – Olha. Ficamos assim, não é, mas depois continuamos ao... Teve alguns ganhos. A parte de direitos e garantias do artigo 5º foi escrita, basicamente, na OAB...

T.A. – O próprio papel da OAB na Constituição... fica muito reforçado.

M.B. – O papel da OAB na Constituição, artigo 133, foi muito reforçado. Foi muito reforçado.

T.A. – Acho que é a primeira vez que entra o advogado com essa força.

M.B. – Foi, foi a primeira vez, é. Então, a gente considerou, ao final, dando um balanço assim... eu estou falando ainda como OAB. A gente considerou que aquilo tinha sido realmente um avanço, que a Constituição, com todos os erros dela, com toda a relutância dela de enfrentar certos problemas, a hesitação, ela foi uma obra importante para democratizar. Nós chegamos a defender a Corte Constitucional, *fortemente*, no lugar do Supremo, deixando o Supremo para fazer o papel que hoje o Superior Tribunal de Justiça faz, e deixar a Corte Constitucional só como um guardião da Constituição, exclusivamente, com mandatos, sem vitaliciedade, mandatos de sete mais sete, mas isso nem foi considerado, não passou na subcomissão. O

relator, que era um grande pensador, um grande ativista político, que era o Plínio Arruda Sampaio, mas ele não quis saber; não conseguimos nem vencer os óbices regimentais ali, e isso também não passou. Agora muita coisa passou.

T.A. – Uma coisa que a gente vê, não sei se teria relação com isso ou não, mas muitos constituintes naquela época, o Oscar Dias Ferreira, o próprio Sepúlveda Pertence, que era o procurador geral da República na época, todos, num espaço de tempo muito curto, se tornam ministros do Supremo. Isso já foi um indício de que houve ali uma forma de barganhar para que não passasse esse controle?

M.B. – Não. Acho que não. Acho que não. Acho que, fundamentalmente, o que houve ali foi que a Constituição, ela caminhava para ser uma Constituição muito à esquerda, com tudo de bom e de mau que isso pudesse trazer, e aí se montou um centrão, que era uma resistência conservadora a isso. De modo que ela ficou um pouco desigual, um pouco híbrida assim. Mas... O presidente Sarney combateu muito a Constituinte e a Constituição, ele dizia que o país ia ficar ingovernável. Isso...

T.A. – A própria Afonso Arinos. Ela começa com cinquenta e depois aumenta...

M.B. – Afonso Arinos, pois é. E aí... A minha opinião hoje é que a Constituição foi um bem para o Brasil.

T.A. – Com certeza.

M.B. – E hoje ela é combatida mais pelos acertos dela do que pelos erros. Mas... Ela é muito analítica, ela, algumas vezes, ela podia ser mais enxuta. Mas, na verdade, o contexto dela, o conjunto dela permitiu ao Brasil ter esses vinte e um anos de normalidade democrática, muito por causa dela. E se tivesse tido uma corte constitucional, assim, comprometida... eu me lembro

que eu falei isso uma vez – comprometida afetiva e ideologicamente com a Constituição, com o que era o texto, de modo que aquilo pudesse entrar na história do Brasil de uma maneira concreta, eu acho que teria avançado muito mais ainda, porque muita coisa da Constituição ficou no papel, ainda. Mas avançou muito. Mas avançou bastante. Ela foi um bem para o Brasil. E o Conselho Nacional de Justiça ficou germinado ali. Mas não era uma agenda da sociedade brasileira, naquela época, não era. Os próprios sindicatos, o próprio Lula, que era constituinte, ele via aquilo, mas ele não... eles não tinham um entusiasmo pela tese. A tese era muito restrita aos advogados, naquele momento. A adesão à tese em si. Mas depois, saímos da Constituinte, as coisas começaram a aparecer, e se via que o Judiciário continuava resguardado naquelas posições antigas, assim, então o tema voltou. E aí, em 91 ou 92, foi apresentado um outro projeto de reforma do Judiciário.

T.A. – Em 92, o Bicudo.

M.B. – Do Hélio Bicudo.

T.A. – Que não tem. O projeto original do Hélio Bicudo não tem. A gente foi resgatar em 2000.

M.B. – Não tem o Conselho Nacional de Justiça. Exatamente. Não tinha. Eu cheguei a conversar com ele sobre isso, ele falou: “Não, não dá, porque não tem clima” bababá. Aí foi indo, foi indo, foi indo. Eu lembro sempre de uma história, que aconteceu com a minha filha quando ela tinha seis anos. Eu tinha escritório ao lado do Fórum, Palácio da Justiça, aqui em São Paulo, que é um palácio construído pelo Ramos de Azevedo, suntuoso, bonito e tal. E uma vez, eu fui trabalhar, levei ela. Ela ficou lá brincando. Depois, a gente saiu para dar uma volta pela Praça da Sé, ali, eu levei ela no Tribunal, para ver o Tribunal de Justiça. Ela olhou aquelas coisas, aqueles *vitraux* assim, ela falou: “Pai. Aqui mora o rei?” [Risos] Eu falei: “Mora”. Porque realmente mora. Aí foi indo, foi indo, foi indo, o Conselho Nacional de Justiça continuou sendo um tema da OAB. As conferências nacionais sempre contemplavam o tema, a gente discutia e tudo. E aí, na própria Câmara dos Deputados – eu não lembro exatamente quando foi isso – mas, foi introduzido o tema. Eu lembro que eu fui chamado, naquela época,



para conversar, resgatamos aquele texto, e ele foi introduzido na emenda que passou na Câmara dos Deputados, com uma outra composição.

T.A. – Acompanhando a emenda do Bicudo, a gente vê que ela vai sofrendo algumas alterações. Mas a que sofre mesmo, permitindo o controle, vem só em 2000.

M.B. – Em 2000. Isso mesmo. Em 2000 entrou e aí passou. Eu acho que a relatora foi a Zulaiê. É. Eu ajudei a escrever aquilo, aquele texto.

C.J. – Por que o Bicudo achava que em 92 não tinha possibilidade?

M.B. – Sabe que eu não sei? Eu conversei muito com ele...

C.J. – Porque 92 era um período favorável, se pensar politicamente.

T.A. – É. Porque foi o *impeachment* do Collor.

M.B. – É. Foi *impeachment* do Collor, que foi em 92.

T. A. – Que o senhor também assinou, junto com...

M.B. – É. O *impeachment* do Collor foi escrito na minha casa, a petição inicial foi escrita na minha casa, aqui em São Paulo; a gente fez uma reunião de vários advogados, trouxemos uma minuta... o Evandro estava, estava uma porção de gente, Sérgio Bermudes, uma porção de advogados do Rio, daqui também, Miguel Reale Jr. estava, José Carlos Dias... Uma porção de gente. E aí a gente fez uma redação final. Tinha um computador lá, eu não sabia mexer naquela época. [Risos] E aí foi feito e foi levado para a OAB. E aí teve aquele processo. Foi em 92.

Mas o que eu me lembro do Hélio Bicudo dizer é que não tinha clima para botar aquilo, que a reforma judiciária não....

T.A. – Talvez criasse uma instabilidade institucional.

M.B. – Eu não tenho certeza cem por cento disso, mas eu tenho lembrança disso. Como eu tenho lembrança de, depois, em 2000, eu ter ajudado a Zulaiê a escrever, resgatando o nosso texto original. Por isso que eu sei que o texto da OAB de 88 era o mesmo que passou. E aí eu fui pegar isso... O Conselho Nacional de Justiça está ligado na minha vida, porque aí eu fui pegar isso no Ministério da Justiça.

T.A. – Voltando um pouquinho. O problema, que o senhor vê, da OAB não ter conseguido aprovar isso na Constituinte é porque era uma questão da OAB, que ela não conseguiu fazer com que fosse nacional.

M.B. – Como se fosse uma agenda assim, que as pessoas sentissem que fosse necessária. É. Faltava massa crítica. Era só a gente que queria.

T.A. – Um pouco depois da Constituinte, dentro do PT, surge o governo paralelo, do qual o senhor também fez parte.

M.B. – Surge o governo paralelo. Fiz parte.

T.A. – E aí vocês pensavam as instituições. Era um pensamento já global, que não podia se limitar ao Judiciário, mas ele também entrava.

M.B. – Isso. Isso. Pensava.

T.A. – Nessa hora, foi possível trazer um pouco do Conselho Nacional?

M.B. – A gente conversou sobre o Conselho Nacional de Justiça.

T.A. – E como foi?

M.B. – O que eu senti é que, depois daquele auge, assim, que a gente quase ganhou, e perdeu, morreu na praia, houve um refluxo da ideia; e depois ela começou a surgir, ela surgiu em vários lugares, assim: “é, mas precisa, é preciso um órgão de controle externo”. Eu mesmo escrevi alguns artigos. O professor Calmon de Passos continuou trabalhando, o Marcelo Lavenère continuou trabalhando. Até que chegamos a 2003, quando resolvemos retomar o tema, mas aí já no governo e com carta branca do presidente para isso e com uma consciência do presidente de que era preciso botar o Conselho Nacional de Justiça de pé. Aí foi outra novela, porque tinha aquela posição das pessoas que achavam que aquele Conselho Nacional de Justiça que estava aprovado na Câmara não servia, que tinha que ser a nossa ideia original, com maioria da sociedade. Mas aí eu vi que não dava. Era lindo, maravilhoso, só que você não conseguia fazer passar. Então nós começamos a negociação. Aí que entra muito o papel do Joaquim Falcão, do Nelson Jobim...

C.J. – Do José Jorge.

M.B. – Do José Jorge, que era um engenheiro, que até hoje, quando eu encontro com ele, brinco, falo: “olha, encontrei um colega de turma teu lá da Faculdade de Direito”. [Risos] Porque ele ficou tão versado, ele ia tanto ao Ministério da Justiça... Agora isso tudo deu um arranco, em 2003, quando a gente conseguiu criar uma coisa que hoje é uma rotina, mas na época causou uma celeuma enorme, que foi a Secretaria de Reforma do Judiciário, dentro do Ministério da Justiça. Isso provocou uma indignação no Poder Judiciário.

T.A. – Eles achavam que era uma intromissão do Executivo.

M.B. – Eles achavam que era uma intromissão, que havia... Eu fiz vários ofícios, pedindo informações para pesquisas da gente, eles não respondiam, porque eles diziam que os poderes eram autônomos. O meu primeiro secretário de Reforma do Judiciário, que é um grande advogado aqui de São Paulo, o Sérgio Renault, eu combinei com ele, falei: “Olha, a primeira coisa que você vai fazer... Nós temos que institucionalizar a Secretaria. Então você vai visitar os ministros de todas as cortes superiores”. Eles não marcavam audiência para ele. Ele era recebido por assessores, sabe. Precisa eu ir junto para ele ser recebido. Eles só falavam assim, na hierarquia.

C.J. – Quando o senhor aceitou o convite para o Ministério, o senhor já tinha esse projeto na cabeça?

M.B. - Tinha. Tinha.

C.J. – O projeto já estava armado na sua cabeça.

M.B. – Ah. Eu tinha vários projetos na cabeça, sim. Tinha.

T. A. – O senhor chega a participar da campanha do presidente Lula.

M.B. – Particpei de várias. Aliás, esse foi o argumento decisivo que ele usou para eu aceitar. Porque, em 89, quando ele passou para o segundo turno, eu declarei meu voto para ele. Porque foi a primeira vez, numa eleição assim, que eu estava fora da Ordem, então podia declarar o voto. Aí declarei o voto para ele. Quando ele passou para o segundo turno, eles me convidaram para ser ministro da Justiça, se ele ganhasse. Eu aceitei. Aí fomos para aquela campanha do Collor, perdemos e tal. Depois, em 94, a mesma coisa. Aí já era certo que eu era o ministro da

Justiça. Perdemos. 98, a mesma coisa. Aí quando em 2002 ele ganhou, eu fiquei assim, tímido... É engraçado isso. Eu vou contar uma história aqui, que eu nunca contei para ninguém. Eu fiquei assim... sabe? Quando eu vi o Lula ganhar depois de ter perdido tanto, falei “meu Deus!” [Risos]. E aí eu... eu fiquei assim... Eu falei “bom, agora, como é que eu vou fazer?”. Eu tenho absoluta intimidade com ele, pessoal, de amigo assim, eu gosto dele, ele gosta de mim. Mas aí eu sumi. Eu não fui na festa... Sabe? Assim, eu fiquei... Sabe quando você fica inibido assim? Falei “bom, agora ele é presidente da República”.

C.J. – Quase voltou para Cruzeiro.

M.B. – É, quase. Eu fiquei aqui. Aí um dia, eu fui a Brasília, estava lá num hotel, fazendo alguma coisa, e de repente, quando eu vou sair do hotel, está cheio de imprensa lá. O que é que é? O Lula está aí. O presidente está aí, não sei quê, está tendo uma reunião lá na suíte presidencial. No hotel Naum, em Brasília. Aí... Aí eu falei, “ah, eu vou ver, estou aqui”. Aí estava a segurança dele, os caras me chamaram: “dr. Márcio, vem cá!” Não sei quê. Aí eu fui lá. Ele estava conversando com alguns políticos lá. Ele saiu, me viu, falou: “Que é isso? Você não apareceu mais”. Porque eu participei ativamente da campanha de 2002. Aí ele virou-se para mim, falou assim: “Olha. Me procura, senão você vai ficar fora do balaio”. Ele usou essa expressão assim. Então... Mas eu não procurei. Eu continuei naquela posição de recesso, assim. Eu tinha muitas dúvidas se eu devia ser ministro da Justiça – eu tinha vontade, claro, mas tinha dúvidas – porque eu estava já com 67 anos, eu estava com a advocacia florescente aqui, e eu gosto muito de advogar, então eu falei: “puxa, vou me meter nisso?” Estava nascendo a minha neta, minha primeira neta. Aí eu fiquei naquela dúvida, dúvida, dúvida. Aí um dia ele me telefonou e me chamou para ir a Brasília, que ele queria conversar comigo. Aí nós almoçamos, eu, ele e a Marisa, aí ele deu uma dura. Falei: “Presidente, mas será que eu, nessa altura e tal...” Ele falou: “Marcio. 89, você ia ser, eu perdi; 94, você ia ser, eu perdi; 98, você ia ser, eu perdi. Agora, que eu ganhei, você não quer?” [Risos] Falei “tá bom”. [Risos] Esse foi, realmente, o argumento que me convenceu. Mas aí eu tinha tudo na cabeça. Eu tinha tudo.

C.J. – E o tudo era o quê? Era o controle?

M.B. – Tudo era a reforma do Judiciário, incluindo o controle externo como jóia dessa coroa, aí. Era reestruturação das instituições, incluindo o Judiciário, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e os institutos do Ministério da Justiça; a criação da Secretaria de Reforma do Judiciário, o reforço da luta contra os cartéis, através do Cade e da Secretaria de Direito Econômico, do Ministério da Justiça, e o combate à lavagem de dinheiro, que eu achava que era uma coisa fundamental e que estava parada no Brasil. E tinha uma lei de 98, tinha o Coaf, que tem ainda, no Ministério da Fazenda, mas eu achava que tinha que ter um órgão, dentro do Ministério da Justiça, que fosse o executor dessas políticas. E nós criamos, junto com a Secretaria de Reforma do Judiciário, nós criamos um departamento de... DRCI. É um departamento de combate à lavagem de dinheiro e cooperação jurídica internacional.

P.C. – O Stefanov...

M.B. – Isso. Stefanov, Antenor Madruga, que foi o sujeito que foi... Isso, dentro da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério. E foi realmente uma coisa séria que foi feita no Brasil. Nós montamos um encontro, chamado Encla, Encontro Nacional de Estratégia de Combate à Lavagem de Dinheiro, que a gente reunia trinta órgãos federais e estaduais a cada ano, para traçar as metas, a estratégia e tal. E isso estritamente ligado à reformulação da Polícia Federal, à reestruturação da Polícia Federal. A Polícia Federal era uma e é outra hoje. Não é a mesma coisa. Na primeira semana de governo, primeiro mês de governo, o presidente assinou a medida provisória duplicando o efetivo da Polícia Federal. Depois, ela foi reequipada, as pessoas foram estimuladas a fazer cursos, a gente montou uma Academia de Polícia muito melhor, e deu um salto.

P.C. – Aquele órgão de dados que foi criado... Como é o nome? Fica logo atrás do Ministério... Aquele prédio de trás... Fugiu o nome agora.

M.B. – Ah! Sei. O Infoseg.

P.C. – Infoseg.

M.B. - O Infoseg, a gente informatizou bastante e tudo. E em matéria de Poder Judiciário eu tinha uma ideia... eu tinha bastante ideia clara. Uma outra coisa importante, que eu tinha também na cabeça e que deu certo, foi um sistema penitenciário federal, que está na lei desde 84, está na Lei de Introdução ao Código Penal, na parte geral do Código Penal de 84 e na lei de execução de 84, e que nunca tinha sido instalado, fazia oito anos, de 84 a 2002. E nós fizemos o Sistema Penitenciário Federal. Existem quatro penitenciárias. Repara que hoje não tem mais rebelião, aquelas rebeliões que tinha. É por causa do Sistema Penitenciário Federal, porque as pessoas não fazem mais, são presídios de segurança máxima. Tem quatro prontos, eu acho que vão fazer mais dois ou mais um. Então, fica como um regulador de estoque desse sistema penitenciário *horrível*, que são os sistemas estaduais assim. Cadeia é ruim em todo lugar, não tem sistema bom; mas aqui no Brasil é muito ruim. Mas isso teve uma importância muito grande para esse tipo de coisa, pelo menos para o controle social, que você pode fazer sobre as rebeliões e o funcionamento das quadrilhas lá dentro.

T.A. – E até para a questão da reabilitação do próprio preso, porque...

M.B. – Da reabilitação. As penas alternativas, nós trabalhamos muito nisso. E então eu acho que todas essas ideias assim, que eu levei para lá, um pouco foram feitas; umas mais, outras menos, mas, um pouco, foram feitas. E, no Poder Judiciário, a reforma foi feita de uma maneira... eu posso falar isso porque eu não me atribuo os méritos, mas... brilhante. Porque a gente fez, em 2004, a reforma constitucional do Poder Judiciário foi promulgada, que é a Emenda 45...

T.A. – E é onde você tem, na verdade, uma junção, não só a criação do Conselho Nacional, mas uma reformulação do Supremo, para chegar quase nessa corte constitucional.

M.B. – Não. Mas muita coisa, é. Para chegar quase nessa corte constitucional.

T.A. – Com a questão da súmula vinculante...

M.B. – Exatamente. Súmula vinculante, que eu era contra, inicialmente, a repercussão geral. Todas essas coisas, que permitiram um desaforo e uma vocação do Supremo para corte constitucional. Além disso, a Defensoria Pública, autonomia da Defensoria Pública, que é uma coisa fundamental no Brasil. Em matéria de distribuição de renda, eu falava ao presidente isso, também, eu falei: “a Defensoria Pública é um Bolsa Família jurídico”. E, realmente, a gente fez muito nisso, teve muita verba, muito concurso, e demos autonomia para a Defensoria Pública. E uma semana depois de promulgada a Emenda Constitucional 45, a gente tinha reunido vinte e seis projetos, alguns estavam na Câmara, outros estavam no Senado, outros já tinham passado, outros a gente mandou para lá, reformando as regras do jogo, o processo civil, o processo penal e o processo trabalhista. E isso tudo se transformou em lei. A execução hoje, você sabe disso, a execução civil, que era uma gincana, que não acabava nunca, hoje está mais eficiente, está mais rápida. Isso diminuiu inclusive o custo do juro, porque os bancos não botam esse *spread* em cima dos consumidores.

P. C. – O Brasil como um todo.

M.B. – E o processo penal. O processo penal hoje é muito melhor. Os advogados chamam um pouco. O processo penal é muito melhor hoje do que era.

T.A. – E sem perder a garantia, que era o que pessoal sempre, toda reforma, o pessoal falava: “ah, mas... e as garantias?”.

M.B. – Sem perder a garantia. É, pois é.



C.J. – Como foi a articulação para passar a reforma? Porque a ideia de reforma vem com o governo Fernando Henrique, que faz a reforma, faz reforma não só no Judiciário, que ele começa, e em várias outras... A reforma econômica ele faz de maneira mais intensa e mais competente, é verdade.

M.B. – Isso. Isso.

C.J. – Mas ele também tem propostas de reforma política, reforma do Judiciário, que é a que está andando.

M.B. – É. A reforma política acabou não se fazendo nem no governo Fernando Henrique, nem no governo Lula. Agora, a reforma do Judiciário, a gente pegou e foi uma articulação importante. Reuniu... Eu acho que para dar alguns nomes, são esses que eu já mencionei aqui. Joaquim Falcão, um nome muito importante, Piquet Carneiro, é um nome muito importante...

T.A. – O Piquet Carneiro, ele já vem, na verdade, de algum tempo.

M.B. – Piquet veio do tempo do Beltrão.

T.A. – Dos juizados especiais. É dele que surge essa aproximação da Justiça com o povo.

M.B. – Exatamente. E ele tem um espírito republicano, digamos assim, muito grande. Embora seja advogado e viva da profissão e tenha escritório e tudo, ele tem uma vocação para a coisa pública assim, então ele ajudou muito nisso. O Nelson Jobim, também...

[FINAL DO ARQUIVO 1]

M.B. – (...) Joaquim, Piquet Carneiro, Sérgio Renault, que foi o primeiro secretário de Reforma do Judiciário, que fez um trabalho muito grande, José Jorge, que foi o relator, que era PFL, mas a gente trabalhou muito próximo, muito cooperativamente, e Nelson Jobim, que teve um papel importantíssimo.

T.A. – A gente chegou a entrevistar o senador José Jorge e também o Sérgio Renault, e ele nos contou que, na época da Emenda 45, tinha um assessor do Senado que falava não pode fazer essa emenda, ela é inconstitucional e tal. Ele falou: “olha, nem o Supremo tem um conceito do que é constitucional, lá é sempre seis a cinco. Então, vamos deixar isso para resolver depois. Vamos fazer”. E que se reuniam na casa dele, duas vezes por semana, ele, esses assessores, porque entrou uma outra assessora também, essa já era a favor, o Jobim e o Gilmar Mendes.

M.B. – O Gilmar ajudava, sim. Gilmar ajudava através do Jobim, sabe. O Gilmar era, assim, uma espécie de banco de ideias do Jobim. Agora o Jobim, com aquele estilo trator, ele ajudou muito, porque ele foi tocando, tocando, tocando. E o presidente ajudou muito. O presidente, logo, de cara, ele criou uma crise assim, porque nós estávamos em Vitória, no Espírito Santo, e ele...

C.J. – Isso é já no início do governo.

M.B. – Em 2003. Fazia dois meses. O presidente falou: “E agora, uma das nossas tarefas, Marcio” – falou para mim – “é abrir essa caixa preta do Poder Judiciário”. Isso suscitou... Quando eu cheguei em Brasília, eu tinha ligação do Marco Aurélio, que era presidente do Supremo, “Olha Márcio, tive que soltar uma nota violenta aqui”. Mas, com aquela intuição que o presidente tem, ele suscitou o problema, logo no começo do governo; então ficou aquilo – é, tem a caixa preta, tem que abrir a caixa preta.

T.A. – É. Teve a CPI, que o ACM na época foi o...

M.B. – É. Teve a CPI, que o ACM fez na época. É. Engraçado. Eu ajudei muito o ACM naquilo.

T.A. – Ah é? E como foi?

M.B. – Foi bem. Foi interessante. Porque o ACM era meu amigo, tinha sido meu cliente; e, naquela CPI, eu ajudei ele, mandei uma porção de trabalhos para ele, ideias que a gente tinha, coisas arquivadas aqui no meu arquivo e tal. Mandei muita coisa para ele.

T.A. – Porque essa CPI é onde consegue – não sei, talvez a minha análise esteja errada – trazer esse problema da gestão, mesmo, do Poder Judiciário para um problema nacional.

M.B. – Isso. Eu acho que foi.

T.A. – Porque você começa a ver...

M.B. – Como era, como era, juiz Nicolau, essas coisas.

T.A. – O Judiciário sempre argumentava que o controle interno ele tinha, ele tem corregedoria. E com a CPI você vê que tem, mas não funciona.

M.B. – É, é verdade. E a gente sabia, então, quando o Lula assumiu, por conta de toda essa massa crítica acumulada, assim, a gente sabia que tinha três níveis: era o constitucional, o infraconstitucional e o de gestão. E aí trabalhamos muito nisso. Nós fizemos o Prêmio Innovare, que é uma coisa, hoje, assim... está na sexta edição, agora. Nós tivemos setecentas inscrições. Setecentas e vinte e quatro inscrições. E tem funcionado. Tem funcionado. A gente tem difundido muito essas práticas boas e temos visto que, no Brasil inteiro, se faz uma... eu acho que essa expressão é do Joaquim – uma revolução silenciosa no Poder Judiciário.

T.A. – É, ele usa. Revolução silenciosa na Justiça.

M.B. – Não é? Da Justiça. São experiências que os juízes fazem, experiências que os cartórios fazem. É como se cada um fizesse o seu pequeno Innovare na sua comarca assim. E a gente tem identificado essas práticas, premiado bem essas práticas. É um prêmio de cinquenta mil reais, fora uma láurea assim, e difundido; isso é jogado por todo o Brasil. Esse ano, a gente montou um departamento de pesquisa de controle dos resultados, para ver o que aconteceu com essas práticas que foram premiadas, quanto elas foram difundidas, quanto elas resultaram.

T.A. – O Prêmio Innovare, ele, na verdade, tem duas coisas. Não só premiar a prática inovadora, mas, principalmente, para mostrar que a administração pública dentro do próprio Poder Judiciário não é aquela coisa de fazer o mesmo sempre.

M.B. – Não. Ao contrário disso.

T.A. – Você tem atividades empreendedoras, sem violar a lei, e na verdade utilizando mais ainda.

M.B. – Exatamente. E abandonar velhas rotinas, velhos hábitos, aquela carcaça pesada burocrática assim, e jogar... Eu ganhei um Prêmio Innovare. Eu acho que sou o único que não se inscreveu e ganhou. Eu tenho um Prêmio Innovare aí. O Joaquim que me entregou. Eu não sabia.

T.A. – É? E por qual prática? [Risos]

P.C. – O conjunto da obra. Eu fui gestor do Prêmio Innovare, no comecinho dele, lá pela FGV. É um projeto realmente que...

M.B. – Então, rapaz. Isso é uma coisa que está bem agora. Nós fizemos um instituto... Quando eu saí do Ministério, nós achamos melhor fazer um Instituto, por via das dúvidas.

C.J. – Agora está na Globo.

M.B. – Hoje, está na Globo e está funcionando bem e está...

P.C. – Está com a Raquel.

M.B. – Com a Raquel. E, na verdade, a reengenharia do Poder Judiciário ou do poder público brasileiro em geral é a informática. Poder Judiciário, quanto mais você informatiza, melhor ele anda. A gente tem experiências, aqui em São Paulo, muito boas. Até nós premiamos algumas... uma Justiça sem papel, que tem aqui, e é previdenciária...

P.C. – Do TRE?

M.B. – Aqui no TRE. Você trabalhou nisso.

P.C. – Foi nesse. Foi do juiz... como é que ele chama?

M.B. - Começa da petição inicial e vai até o recurso, sem papel.

T.A. – É. Porque na parte previdenciária só tem prova documental.

M.B. – Exatamente. Agora, hoje, o CNJ está vivendo um grande momento, o Conselho Nacional de Justiça. Voltando para esse tema. Com o Gilmar na presidência e o Gilson Dipp de corregedor. É uma conjugação... Porque ele é um... Se a gente pudesse dizer que ele tem uma característica, ele tem uma característica presidencialista, ele depende muito de quem é o presidente. Quando o presidente quer avançar, o Conselho avança, quando o presidente quer conservar mais um pouco, ele conserva. E, com Gilmar e com Gilson Dipp, ele está fazendo um trabalho sério, estão mexendo com estruturas aí que são seculares.

P.C. – Gilson Dipp tem feito um trabalho fantástico. Essas audiências públicas que ele faz nos tribunais é um negócio...

M.B. – É. Outro dia, nós estivemos, eu não vou dizer o lugar, mas nós estivemos num tribunal aí, numa solenidade, e aí, toda aquela liturgia envelhecida assim, que ele, quando foi falar, falou: “Olha. Bonito isso. Mas está na hora de renovar”. [Risos] Na cara ali. Ele é muito corajoso, muito sério. E o Gilmar também. E o Gilmar tem uma lucidez muito grande, jurídica e gerencial. De modo que eu acho que eles estão dando um grande avanço no CNJ.

C.J. – Posso voltar um pouco?

M.B. – Pode.

C.J. – Voltar a como foi a articulação dentro do Congresso para aprovar a Emenda 45.

M.B. – Olha. Foi assim. Foi uma articulação que a gente... a gente ia cedendo um pouco...

C.J. – Só um minutinho.

[FINAL DO ARQUIVO 2]

M.B. - (.....) é uma jabuticaba, só tem no Brasil...

T.A. – E o mais incrível é que você vê que os outros países, principalmente os de origem latina, França, Itália, Espanha e também Portugal, têm o mesmo problema e eles não conseguem chegar nessa solução que nós chegamos. É muito incrível.

M.B. – É, é verdade. É sim.

T.A. – Lá, a gente estudando um pouco o que eles falam, é sempre falta de infraestrutura...

P.C. – Pessoal.

T.A. – É. Ou então passa uma parte da atribuição do Judiciário para a jurisdição administrativa, do tipo me tira trabalho ou... mexe na competência ou mexe na estrutura.

M.B. – É, é verdade.

C.J. – Eu acho que é essa a questão. Como conseguiu implementar. Qual foi a articulação feita.

M.B. – Foi cedendo, foi cedendo um pouco, negociando, elegendo prioridades, assim. Tinham algumas que... estão todas na Emenda 45 – que eram aquelas que a gente conseguia alcançar pelo consenso. É uma negociação muito interessante. Foi feita, muito pelo Jobim, pelo José Jorge e pela gente, basicamente assim, com assessoria daquele grupo que ficava ali em volta; e já o pessoal do Prêmio Innovare trabalhando também, que a gente estava montando o Prêmio Innovare. Então, como eram as mesmas pessoas, eu me lembro de alguns jantares que a gente

fez para conversar sobre isso, em que ia o José Jorge e... e o pessoal do PT, muito firme nisso, ajudando bastante. Embora não tivesse ninguém da área dentro da bancada do PT no Senado, mas eles iam muito pelo que eu falava, então... E aí o Sérgio Renault teve um trabalho, uma paciência assim... Era uma coisa...

C.J. – E quem se opunha? Quais eram as oposições?

M.B. – Não. A questão era mais de seleção do que de oposição. Não tinha ninguém que dissesse “não quero”. O Conselho Nacional de Justiça tinha muita oposição, tinha muita oposição dentro do Congresso, inclusive, porque tinha aquele... aquilo que o Rui Barbosa chamava de o respeito supersticioso pelo Poder Judiciário, que tem muito em Brasília; as pessoas veem o Poder Judiciário com um pouco de medo. E tinha muita resistência ao Conselho Nacional de Justiça. Mas os outros pontos consensuais, que a gente foi elegendo, não tinha. E, na composição do Conselho Nacional de Justiça, nós tivemos uma situação paradoxal. A OAB dizia que aquilo não era Conselho Nacional de Justiça. Eu dizia: “é Conselho Nacional de Justiça”. Você vai ver que vão ser feitas alianças internas no funcionamento dele. E tem se conseguido muita coisa, apesar da maioria...

P.C. – Magistrados.

T.A. – É, essa foi uma concessão que precisou ser feita.

M.B. – Essa foi uma concessão que precisou ser feita, se não, não passava. Ainda mais no Senado.

P.C. – Vira controle interno, não é?



M.B. – É, exatamente. Ainda mais no Senado. Mas o fato de ter conseguido um representante da Câmara, um representante do Senado, os representantes da OAB e tudo montou uma possibilidade de fazer alianças internas *tópicas* a respeito dos assuntos lá dentro.

T.A. – E o fato de ter também, principalmente após a Constituição de 88, em que fica estabelecido que o ingresso na carreira da magistratura é por concurso, e você ter um pessoal, principalmente depois dos anos 90, já mais jovem chegando ao Judiciário quebrou um pouco essa unanimidade contra o Conselho dentro do próprio Judiciário.

M.B. – Ah, ajudou muito. Quebrou. E foi criando dentro... Isso. Esse é um ponto importante. Esse é um ponto importante, que eu não me lembrei de falar. Realmente, o Poder Judiciário de antigamente, ele não admitia essa conversa.

T.A. – E era unânime.

M.B. – E era unânime. E o Poder Judiciário de 2002, 2003, 2004 já admitia conversar, já admitia negociar, tudo.

T.A. – Até porque eram juízes... eu acho que hoje a gente sente muito... A gente, que eu falo, assim, os juízes de início de carreira – não sou magistrada, sou advogada – é que essa estrutura arcaica, pesada do Judiciário os incomoda também.

M.B. – Também, claro. Eles são os maiores interessados em mexer com isso, essa geração nova de juízes, à semelhança da geração nova de delegados da Polícia Federal. Têm um orgulho enorme daquilo e não querem que aquilo...

C.J. – E foi quem transformou o Ministério Público também, remontou a proposta do início dos 80.

M.B. – Exatamente. Então essas coisas avançaram muito. No Ministério Público, houve uma modificação importante, que foi a decisão do presidente de nomear sempre o mais votado dentro de uma lista tríplice da classe. A gente vinha de uma experiência, que não foi boa, no governo Fernando Henrique, que foi a nomeação, quatro vezes, de um mesmo procurador geral, que não tinha o apoio da classe. E o Lula está respeitando rigorosamente. Ele pega o mais votado... É até perigoso isso. Como se isso vinculasse. Mas ele acha que assim é melhor. Eu já cheguei a questionar isso com ele, mas ele falou “não, eu vou continuar fazendo assim”.

T. A. – Na entrevista com o Renault, ele diz que um outro fator... Porque a gente tem essa dificuldade toda na aprovação da Emenda 45, mas enfim aprova, só que o grupo que perde não se dá por vencido e entra com uma ação direta de inconstitucionalidade.

M.B. – Isso. É verdade. Que acaba não ganhando no Supremo.

T.A. – E um dos quesitos, que eu achei bem interessante, que o Sérgio Renault comenta, é que o presidente Lula, ao assumir o governo, um dos critérios que ele utilizava para indicar alguém a ser ministro do Supremo era saber se essa pessoa era favorável ou não a esse controle externo. Ou seja, ele já tinha na cabeça, desde o primeiro, a reforma que ele queria.

M.B. – Tinha. Tinha. E os primeiros seis foram nomeados na minha gestão, então, essas conversas, quem tinha era eu, sempre foram, assim, republicanas, impessoais. A gente queria saber o que é que o cara achava daquilo, entre outras coisas. Então foi muito... Uma experiência muito rica, interessante, assim. Eu tive muita sorte na escolha do pessoal que trabalhou comigo, sabe.

T.A. – É. Isso também é importante, a equipe.

M.B. – Isso é uma coisa que conta. Peguei assim meninos... levei quase todo mundo daqui, peguei o Paulo Lacerda, que eu conhecia há muito tempo, e fui montando uma equipe assim, que ficou, no fim, harmônica, se comunicava por música. Daniel Goldberg, na Secretaria de Direito Econômico, é um talento de menino aí, meu consultor geral, o Sérgio Renault... Sérgio Renault, foi uma luta para levar ele, porque ele falava: “Marcio, eu não posso”. Falei: “Sérgio, eu larguei a advocacia para vir”. Ele falou: “É. Mas você largou já numa certa altura, eu não tenho ainda. [Risos] eu tenho família, tenho filhos” e tal. Mas foi uma experiência. E depois do Sérgio foi o Pierpaolo Bottini, que é um menino de... um jurista de 34 anos, assim. Então funcionou bem. E eu acho que o Conselho Nacional de Justiça – continuo achando do Conselho hoje o que eu achava em 88 – é a única esperança da gente realmente tornar o Poder Judiciário eficaz e rápido.

C.J. – Mesmo com a sua feição presidencialista?

M.B. – Mesmo com a sua feição presidencialista. Eu espero que o próximo presidente, que vai ser o Peluzzo, seja um grande presidente do CNJ. E vai continuar. Eu não vejo como ele possa se institucionalizar de uma maneira diferente. Eu acho que tem que ser essa mesma a via que ele vai seguir, porque é da estrutura dele, é da estrutura dele; os conselheiros são mais, assim, um cenáculo, um conselho, que cumprem as funções e tudo, mas quem dá as linhas é o presidente; e o corregedor. O corregedor tem um papel importante também.

T.A. – Logo que o Conselho é instituído, o Jobim, mesmo sem ter sede, não ter nada, “vamos fazer”. E começa logo.

M.B. – Vamos. Começamos a correr.

T.A. – Depois que o Jobim sai... aliás, já na presidência do Jobim, mas principalmente depois, com a Ellen como presidente, a gente tem no Conselho um corregedor que era contra o Conselho. E acaba que muita coisa não chega no Conselho... porque ele segura. [Risos]

M.B. – Porque... É verdade. Eu esqueci até o nome dele.

T.A. – Nesse momento, existia um medo, mesmo que passageiro, dentro do Executivo, do tipo eles vão fazer isso não funcionar?

M.B. – É. Sempre existe. Sempre existe. Acho que pode, um presidente e um corregedor podem paralisar o Conselho. Embora nós tivéssemos tido um ou dois exemplos em que se montou uma maioria ocasional e foi contra a vontade do presidente e do corregedor, e conseguiram a coisa; inclusive o afastamento de um presidente de tribunal de um estado aí, que foi feito assim, foram colhidas assinaturas, montada uma maioria de ocasião e levada ao presidente do CNJ e dito “olha, está aqui”. Então...

T.A. – E aí eles voltaram atrás.

M.B. – Eles voltaram atrás. E aí afastaram. De modo que eu acho que temos um grande...

T.A. – É. Com as audiências públicas, o Conselho vai acabar se aproximando mais da população e depois vai ficar difícil um presidente ou um corregedor não...

M.B. – Vai. Vai. Isso vai criando *standards* assim, padrões de comportamento, de como faz, como não faz, o que é que não pode fazer. É mais vigiado hoje, é mais conhecido, já tem jurisprudência. Eu recebi, ontem, um livro do Tércio Lins e Silva, os votos dele no Conselho, ele representou a OAB dois anos, mas uma coisa assim... interessante, importante, séria e tudo. De modo que eu acho que isso é uma coisa que veio para ficar e para salvar o Poder Judiciário. Eu acho que a salvação do Poder Judiciário está no CNJ. Para ele se tornar mais rápido, mais ágil, para virar mais republicano, assim, virar uma coisa do povo mesmo. Agora, esse problema, você tocou nisso aí, esse problema, eu participei muitas vezes de reuniões de

ministros da Justiça ibero-americanos, ministro da Justiça de língua portuguesa, os problemas são idênticos.

T.A. – E eles não conseguem ver essa alternativa.

M.B. – Não conseguem. Eu cheguei a discutir isso. Uma vez nós fizemos uma reunião, em Fortaleza, de ministros da Justiça dos países ibero-americanos. E aí eu fiz uma rodada assim, para cada um dizer como estava indo a sua Justiça. O tema era Poder Judiciário. E todo mundo disse a mesma coisa: é lenta, demorada, o ministro da Argentina até brincou, falou: “Seria ótimo se não tivesse a população, porque os juízes, se não tem os advogados, os promotores... O que atrapalha são os clientes”. Aí deu a volta assim... até que chegou um que disse: “Não, a Justiça no meu país funciona maravilhosamente bem. É rápida, é aberta para o povo”. Era Cuba. [Risos] Realmente, rápida parece que é. Então é isso.

C.J. – Que ótimo. Acho que a gente fecha, não é?

T.A. – É, eu acho que sim.

M.B. – Para mim está bom. Eu acho que eu já falei o que podia e o que eu sabia. O Joaquim me cobrou dos meus diários; mas esses eu não pretendo nem...

T.A. – Ah, é. O senhor escreveu um diário desde que assumiu.

M.B. – E está longe daqui, viu?

T.A. – É. Mas isso fica para uma publicação...

M.B. – Para daqui a cinquenta anos.

C.J. – Cinquenta anos é muito tempo.

T.A. – Não, não precisa tanto.

M.B. – É. Mas eu não posso publicar isso porque... Eu fiz uma coisa para... para não esquecer, então é muito franco, sabe, não tem... não tem nenhuma censura assim.

C.J. – Eu, como historiadora, daqui a cinquenta anos...

M.B. – Não foi feito... Daqui a cinquenta anos você vai... vai ler.

C.J. – Não sei se eu consigo chegar, não. É muito tempo.

M.B. – Agora o... Então não tem nenhuma *ambage* assim, nenhuma proteção, sabe, é muito cru. E tem muitos amigos que são atores daquilo, então... não ia ser bom. Por isso que eu... Eu sou muito assediado.

C.J. – A história só se faz com o tempo, não tem muito jeito.

M.B. – Com o tempo, é. Eu fui muito assediado. “Ah, me empresta um pouco”. Agora mesmo, tem uma revista que quer que eu selecione os trechos anódinos assim, inofensivos. Falei, mas isso não tem graça, o que tem graça são os apimentados. [Risos] Então... Mas eu não... Não tem jeito.

T.A. – E a visão de... Uma coisa, que eu acho assim, é participar das discussões, da criação de uma ideia, o CNJ e tal, vai participar, a outra é quando você chega no poder. Muda um pouco essa visão.

M.B. – Ah é. Muda, muda a ótica completamente. Eu brinquei com Joaquim, quando eu aceitei... Porque eu fui muito influenciado pelo Joaquim para aceitar. Foi um artigo que ele escreveu na *Folha* um pouco antes. *As tarefas do Ministério da Justiça*. Aí eu falei com ele, conversei, a gente retomou uma ligação antiga que a gente tinha...

T.A. – Vocês se conheceram quando?

M.B. – Ah. Na OAB, em Pernambuco. Eu conheci o pai dele, dr. Corinto. Ele foi conselheiro da Ordem junto comigo. E aí eu fui conversando e tudo, e eu brinquei com Joaquim um dia, disse para ele: “Joaquim. Eu vou gastar...” Às vezes ele dizia: “Isso aqui vai dar um problema”. Eu falei: “Eu vou gastar a minha milhagem toda com a OAB, mas nós temos que fazer isso”.  
[Risos]

C.J. – Ministro, o senhor acha que foi a vontade política que possibilitou a criação do CNJ?

M.B. – Olha, eu acho que foi a confluência de muitas vontades e a persistência disso ao longo do tempo. Porque... Ela deu o exemplo. Tem muitos países que têm os mesmos problemas e não se apropriaram dessa ferramenta ou não construíram esse instrumento. A gente não, a gente foi, foi, foi... Isso é muito de mérito da OAB, dos advogados. E depois foi alargando essa abrangência, e acabou se tornando uma coisa que... que era já uma aspiração da sociedade; e mesmo dentro da magistratura, como você olhou bem, onde havia uma resistência férrea, assim pétrea, deixou de haver. Já começaram... a fortaleza passou a ter fendas assim, a ter brechas. Juízes a favor... Antigamente você não encontrava juiz a favor. Eu, quando saímos da Constituinte de 88, eu tinha assim... Eu nunca senti isso na minha clínica profissional, mas eu

ouviam pessoas dizerem: “ah, os juizes estão falando, Marcio está querendo fazer isso”. Sabe? Mas nunca senti, nunca, concretamente, senti nenhum efeito disso.

T.A. – Até porque, provavelmente, os próprios juizes não acreditavam que fosse dar em alguma coisa. Os mais tradicionais. E os novos estavam do tipo “que bom”. [Risos]

M.B. – É. Mas... É, e os novos... Eu me lembro que me surpreendia, nos anos 90, quando chegava juiz e falava “Não. Eu sou a favor do Conselho Nacional de Justiça”. Eu vinha daquele tempo em que juiz não era a favor, era contra, juiz chorava. Então eu acho que foi realmente um...

C.J. – E a mudança geracional...

M.B. – Teve uma influência...

C.J. – Mais o quê?

M.B. – E teve a confluência de... de oportunidade com sorte, da gente pegar um presidente do Supremo como Nelson Jobim, que tinha apresentado a emenda no nosso nome no Congresso, o José Jorge, que é um engenheiro, mas é um sujeito que se mostrou um grande negociador e muito flexível, assim, e aí a coisa avançou.

C.J. – Maquiavel explica então.

M.B. – Hein?

C.J. – Maquiavel explica. A virtù e a fortuna.



M.B. – Maquiavel explica. E o acaso... É. A virtù misturada com a fortuna.

C.J. – Homens virtuosos que souberam seduzir a deusa da fortuna.

M.B. – Exatamente. Aproveitar a hora. Exatamente. Foi a ideia que chegou na hora pronta. Em 88, era a mesma ideia, mas não tinha a circunstância.

C.J. – Então o seu papel no processo?

M.B. – Não, acho que não. Acho que meu papel foi um papel de catalisador. Eu funcionei mais como um fio condutor, que eu tinha a memória daquilo. Eu tive a fortuna de ser presidente da Ordem quando o tema foi aventado fortemente na Constituinte e depois ser ministro da Justiça; e saber quem estava a favor, quem era importante estar a favor e quem podia ser mobilizado para ajudar nisso. E o presidente estava firmemente decidido a reformar o Poder Judiciário. Firmemente.

C.J. – Isso acabou sendo uma mudança, não é, do Lula de 87, ou do constituinte Lula para o presidente Lula.

M.B. – É. O constituinte Lula não tinha uma grande... não dava uma grande importância. Essa é a impressão que eu tenho. Mas o presidente eleito já dava.

T.A. – Acho que porque o Lula, cada um pode fazer a crítica que quiser, mas o compromisso dele com democracia é muito forte, sempre foi, e ele nunca escondeu isso em momento nenhum.

M.B. – Muito. Muito.

T. A. – É uma constante.

M.B. – É, é, sim.

T.A. – E eu acho que, nesse momento, ele percebe que não tem como ter uma democracia sem um Judiciário forte no sentido de funcionar, e não forte no sentido de ter *lobbies* fortes.

M.B. – É. E o Judiciário forte no sentido de entregar o seu produto de uma maneira razoável e atender os interesses do seu consumidor. Ele tinha muito essa ideia, assim. Tanto que ele era um estimulador da ideia da gente forçar a Emenda 45. Ele me cobrava muito disso. “Como é que está indo, como é que não está indo”.

T.A. – Precisou de ter uma atuação dele para a aprovação dessa emenda?

M.B. – Não. Não. Porque o pessoal do PT estava fechado. Como era um assunto alheio a eles, não tinha ninguém especialmente interessado... Tinha alguns assessores interessados.

T.A. – O Genoíno chega a apresentar, no final de 90, início de 2000, uma emenda para...

M.B. – Isso. O Genoíno tinha interesse nisso. Mas ele estava, então, fora do... ele estava na presidência do partido quando isso tramitou e aí ele não teve um papel assim ativo nesse momento. Os atores foram os que estavam ali. Era o Nelson Jobim, o José Jorge, eu e o Sérgio Renault. As pessoas que estavam ocasionalmente ali, naquele momento em que a conjunção da história... É aquela história. Quando a ideia chega na hora certa dela, aí ela vira realidade. Mas

eu estou cada vez mais entusiasmado pelo Conselho Nacional de Justiça. Acho que é uma invenção brasileira que vai...

T. A. – Eu sinto que falta uma publicidade, uma campanha, um *marketing* maior do CNJ no mundo. Mais internacional.

M.B. – Talvez, talvez falte. O Gilmar está fazendo muito, mas... Outro dia, eu brinquei com ele, falei: “Olha. Você pode ter certeza, você é muito melhor presidente do CNJ do que do Supremo”. [Risos]

T.A. – Ele deve ter ficado... [risos]

M.B. – Ele não sabia bem se era um elogio. [Risos] Está bom?

C.J. – Está bom, ministro. Muito obrigada.

M.B. – Obrigado a vocês. Para mim foi uma alegria.

T. A. – Muito obrigada. Para a gente foi de uma importância muito boa.

M.B. – E qualquer dúvida depois, é só ligar.

T. A. – A ideia nossa, terminando o projeto, o Joaquim vai escrever um livro e tudo, e a ideia nossa é pegar esses vídeos, colocar em cinco minutos, e deixar disponível no site. Se a gente conseguir verba, depois, a gente quer colocar legendas em outros idiomas, para ver se outros se atentem para a coisa. A Raquel falou que está fazendo isso com o Innovare.

M.B. – Então. Pois é.

T.A. – Se der, a gente faz isso também. Ficando tudo pronto, a gente vai passando para o senhor.

M.B. – Está perfeito. Combinado.

P.C. – Eu acabei... Fui para a FGV, trabalhar com Joaquim, para trabalhar no Innovare e no Justiça sem Papel, depois. Saí para acompanhá-lo no CNJ. Fiquei com ele esses anos no Conselho. Eu estou sempre indo na cola das coisas que você tem feito aí. Criou o Innovare, eu...

M.B. – O Joaquim teve um grande papel nessa construção de alianças táticas dentro do CNJ.

T.A. – É. Porque o José Jorge é pernambucano, isso aproxima.

P.C. – Não. Mas mesmo dentro do Conselho.

M.B. – Não. Dentro do Conselho.

T.A. – Ah. Dentro do Conselho, sim.

M.B. – Fez parcerias importantíssimas.

P.C. – No Conselho, ele tinha muito aquele... Exatamente, essa questão da bipartição ali entre magistrados e não magistrados, precisava uma articulação entre, que juntasse essas...

T.A. – E o Joaquim tem aquele jeito dele, ele sabe chegar.

M.B. – Sabe. Sabe. Ele é um pernambucano com alma de mineiro. [Risos]

T.A. – Falar isso para ele, ele vai adorar, porque ele fala “não consigo ser mineiro”. [Risos]

C.J. – Ministro. Só para a gente terminar. Essa é uma carta de cessão do direito de depoimento. Se o senhor poderia assinar para a gente.

M.B. – Claro.

C.J. – São duas vias porque uma vai ficar para o CPDOC e a outra com a Escola de Direito, porque aí a gente pode disponibilizar para os pesquisadores que quiserem.

[FINAL DO DEPOIMENTO]